

Arranjo produtivo local: importância das ações institucionais e políticas públicas voltado ao setor de confecção de Maringá

Jaime Graciano Trintin/UEM
Luciana Angelino Gonçalves/UEM

RESUMO

O objetivo do artigo consiste em avaliar e levantar os problemas e as principais dificuldades e demandas dos empresários do arranjo produtivo local do município de Maringá. Foram utilizados dados de pesquisa de campo realizadas junto aos empresários e de instituições presentes no arranjo produtivo local. Dentre as principais dificuldades encontradas estão: os impostos e tributação elevados, a fiscalização intensiva e burocrática, a falta de demanda pelos produtos da confecção, apontados por 19 % dos empresários e a falta de linhas de financiamento que atendam os pequenos empresários tanto para capital de giro quanto para aquisição de novas tecnologias. Apesar das dificuldades apontadas há evidências no sentido de que o APL de confecção em estudo apresenta grande evolução e se reestrutura para atender um mercado cada vez mais competitivo.

Palavras-chave: Arranjos Produtivos Locais, Economia Regional, Políticas Públicas.

1 INTRODUÇÃO

Os estudos a respeito de Arranjos Produtivos Locais são importantes, pois além de detectar o nível de organização do setor contribui para o fortalecimento de uma identidade local/regional em termos produtivos.

Os estudos apontam que estas aglomerações de empresas quando se consolidam em Arranjos produtivos permitem maior capacitação do setor, principalmente as pequenas empresas, o qual faz frente a um processo cada vez mais intenso de concorrência entre os capitais.

Desde a década de 90 tem-se aprofundado os estudos para a identificação de arranjos produtivos locais no país, e no Paraná toma importância os realizados pela Rede APL PARANÁ, organizada pela Secretaria de Planejamento (SEPL), através do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e em parceria com as universidades da rede pública estadual de ensino.

Este estudo apontou a existência de alguns arranjos no estado em especial o setor de confecção. Este setor encontra-se localizado na forma de arranjos produtivos nos municípios de Maringá, Cianorte, Apucarana e Terra Roxa.

Face à importância deste setor para estes municípios em termos de geração de renda e emprego este artigo tem como objetivo identificar e avaliar as principais dificuldades que os empresários da região de Maringá enfrentam este mercado, assim como detectado estas fragilidades apontar que medidas de políticas públicas foram elaboradas para atender o setor após a divulgação dos resultados da pesquisa.

Além desta introdução, na estrutura do trabalho identificam-se mais quatro seções. A segunda trata da fundamentação teórica, fundamentado a nos princípios dos Arranjos Produtivos Locais. Em sequência, a terceira seção é mostrada a metodologia que foi utilizada nesta pesquisa. A quarta seção se faz a avaliação do estado atual do setor de confecções da região do município de Maringá, as dificuldades apontadas e os incentivos atuais concedidos pelas políticas públicas. Finalmente na quinta e última seção, serão tecidas algumas considerações a respeito das principais dificuldades e demandas dos empresários e das políticas voltadas ao setor de confecção.

2 REVISÃO TEÓRICA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As análises a respeito de aglomerações produtivas têm suas raízes no século XIX na Inglaterra com os trabalhos de Alfred Marshall (1982), com o intuito de explicar as concentrações de firmas nos nestes locais onde se agrupavam.

Observa-se que este cenário, o qual se encontrava estas firmas foram possíveis resultados mais eficientes em razão da busca de interesses comuns, haja vista que, de um lado, havia os produtores em busca de melhorias e qualificação de mão de obra, com o intuito de aumentar sua produtividade e

oferecer melhores produtos e, de outro, se consolidava uma nova estrutura organizacional onde a disseminação do conhecimento e a colaboração entre os agentes econômicos se fazia notar.

Além disso, a proximidade geográfica possibilita o aparecimento de atividades subsidiárias que acabam por favorecer o desenvolvimento regional em razão da economia de material, da presença de fornecedores de bens e de serviços, de um número relativamente grande de trabalhadores qualificados, entre outros aspectos, constituindo-se em fonte importante das denominadas economias externas.

Esse processo não se restringe aos produtores, mas também se amplia para os consumidores, pois sabem com antecedência, que neste ambiente aglomerativo encontrarão à sua disposição uma grande quantidade de bens e serviços em razão do grande número de fornecedores existentes nestes locais e da qualidade dos bens produzidos¹.

Segundo Souza (1997, p. 73), a contribuição de Alfred Marshall foi fundamental por que chamou a atenção sobre a importância da organização interna da empresa no processo de crescimento econômico. Do lado da produção, destacou a organização industrial, a divisão do trabalho, geradores de economias de escala e investimentos em infra-estrutura², criadores de economias externas.

Outro fator relevante dos estudos de Marshall (1982) refere-se às economias de escala que estas aglomerações produtivas proporcionavam, devido à potencialização do uso dos recursos produtivos.

Concluindo-se que as economias externas são de fato importantes elementos nos estudos sobre as aglomerações industriais, os quais passaram a ser interpretados sob a ótica dos distritos industriais marshallianos (CAMPOS, 2004)³.

É importante notar que as relações que ocorrem entre os atores das aglomerações industriais, mais do que economias externas planejadas significam construções sociais históricas e específicas aos agentes locais, as quais não podem ser reproduzidas em outros contextos históricos específicos. Isto significa que existe uma construção histórica daquele local e, portanto, que isto foi possível graças aos esforços de gerações passadas e fundamentalmente do processo de aprendizagem que se desencadeou ao longo do tempo e se foi disseminando e se aperfeiçoando de geração em geração.

Markusen (1995) define Distrito Industrial como sendo “uma área espacial delimitada, com uma nova orientação de atividade econômica de exportação e especialização, seja ela relacionada à base de recursos naturais ou certos tipos de indústria ou serviços”.

Acrescente-se ainda que nos distritos industriais destacam-se as economias de aprendizado por interação, que são ganhos econômicos das firmas decorrentes de suas relações duradouras com clientes e fornecedores. Isto gera um aprendizado coletivo na melhoria dos métodos de se produzir e comercializar. Esses fatos conduzem à discussão para os fundamentos (conceito) de Arranjo Produtivo Local (APL).

Outra característica dos distritos industriais é que os indivíduos se transferem de uma empresa para outra e seu principal vínculo passa a ser a região e, em menor medida, a empresa. A saída de trabalhadores é mínima, garantindo, portanto, a existência de número relativamente grande de trabalhadores na região, sendo que os casos de emigração serão de acordo com as taxas de crescimento da própria região. “O Distrito é visto como uma sociedade relativamente estável, o que torna possível uma identidade cultural e de capacitação (expertise) industrial compartilhada” (MARKUSEN, 1995, p.18).

Em outros termos, as firmas aprendem com outras firmas, sejam elas competidoras ou não. Isto ocorre através de contatos formais e informais, como a participação em feiras, congressos, simpósios e

¹ Para os casos de compras de produtos de uso comum da população e de baixo valor monetário, eles procuram nas lojas mais próximas de suas residências.

² Há que se destacar que investimentos em infra-estrutura são importantes na medida em que criam externalidades tais como: redução nos custos de transportes e de produção, acesso a mercados, etc (AMARAL FILHO, 1995).

³ Em uma definição mais ampla, é possível incluir os diferentes tipos de aglomerados identificados na literatura - como distritos e pólos industriais, clusters, arranjos produtivos e inovativos locais, redes de empresas, entre outros (LASTRES e CASSIOLATO, 2003). Em geral essas aglomerações envolvem algum tipo de especialização produtiva da região em que se localizam e muitos têm sido analisados a partir do enfoque teórico sobre os distritos industriais.

outros eventos similares e pela denominada engenharia reversa. O que importa destacar segundo Freeman (1994, p.470), é que existe uma variedade de métodos de aprendizagem que podem vir de outras firmas por meio de contatos e trocas de informações, de conhecimento, de colaboração na forma de “*joint ventures*”, de licenças e acordos de *Know-How*, do recrutamento de pessoas, e outros.

Alguns elementos, no entanto, necessitam estarem presentes nas aglomerações industriais para que possam configurar um arranjo produtivo local. Estes elementos, de certo modo, constituem a base conceitual da firma e são determinantes de competitividade do aglomerado produtivo. Assim, devem prevalecer os aspectos da aprendizagem, das rotinas, da inovação, as instituições, as competências, e a estrutura de governança local. O aspecto da interação entre os agentes, especificamente, se destaca para o desenvolvimento de nosso estudo, uma vez que é a partir dela que se obtêm os elementos necessários para melhorar a base de conhecimento e da resolução de problemas e demandas específicas.

Enfim, a existência de aglomerações produtivas e sua evolução para a constituição de arranjos produtivos locais, dependem, entre outras coisas, da capacidade de articulação dos atores locais em identificar e resolver os problemas cotidianos. É isso que determina seus níveis de competitividade. Apesar de diferenças nos níveis de intensidade dos vínculos e interdependência daremos atenção especial para o papel das instituições em especial as ações realizadas com vistas a atender a s demandas dos empresários do setor de confecção, notadamente os pequenos.

O principal objetivo proposto neste artigo é levantar as dificuldades que afetam os empresários do setor de confecção do município de Maringá. Para tanto, utilizou-se de dados de pesquisa de campo com o enfoque em aglomerações produtivas da atividade de confecção. Posteriormente foram utilizados estudos que serviram de base para observações do setor ao longo dos anos, servindo como parâmetro de sua evolução. Estes dados encontram-se disponibilizados pela Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS/MTE) para o ano de 2008. Posteriormente, adicionaram-se estudos e pesquisas publicadas pela Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT), por sindicatos da indústria do vestuário da região quanto de publicações de outras instituições com vistas a se conhecer as políticas que estão sendo implementadas e que atendem as necessidades do setor de confecção.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao final do século XX a atividade têxtil brasileira sofreu grandes mudanças. A abertura econômica ocorrida na década de 90 expôs o setor à concorrência internacional, principalmente aos países asiáticos, o que provocou grande crise. Este fato, se de um lado evidenciou a fragilidades, de outro suscitou nos empresários a necessidade de se atualizarem tecnologicamente para fazer frente a esta nova realidade. Assim, devido aos esforços realizados quanto a retração de custos e d e ganhos de produtividade o setor pode sobreviver (KUPFER, 1998).

Uma das principais causas da melhora da competitividade das empresas deste setor foi, de fato, a consolidação de uma estrutura organizacional no formato de Arranjos Produtivos Locais (APLs). Fato este, em acompanhamento à tendência observada em outros países, dentre os mais relevantes na denominada Terceira Itália.

Algumas considerações são relevantes a respeito da Indústria do Vestuário brasileira, é uma das mais tradicionais e antigas indústrias do país, sendo um dos marcos do próprio começo da industrialização brasileira. Atualmente existem cerca de 20.000 indústrias formais, que faturaram mais de 35 bilhões de dólares, dos quais cerca de 40% são recolhidos como impostos (Abit, 2008).

No Brasil, o total de Mão- de - obra empregada no setor do vestuário tem se expandido ao longo do tempo e gravita em torno de 1.045.000 de trabalhadores (as) para o ano de 2008.

Apesar de setor empregar tantos trabalhadores ainda há deficiências, e dentre as que se destaca ainda se evidencia o problema da falta de mão-de-obra qualificada. Também há evidências quanto à carência em termos de diferenciação do produto nas empresas, falta de personalização do produto, a fim de agregar maior valor ao mesmo.

No estado do Paraná os esforços também foram neste sentido e o que se observou foi o surgimento de várias iniciativas e em vários segmentos produtivos, de esforços para se constituir em arranjos

produtivos. Em pesquisa de campo realizada pelo IPARDES em parceria com as Universidades Públicas do Estado foram identificadas vinte e duas aglomerações produtivas, sendo que sete delas estão interligadas ao setor têxtil e de confecção, setor este que se destaca por ser o segundo maior na geração de empregos no Estado.

A importância deste setor para o desenvolvimento do estado e de algumas de suas regiões se faz notar, uma vez que 70% delas são de micro e pequeno porte empregando até 20 funcionários cada e somam cerca de 4 mil empresas no Paraná. No total, empregam por volta de 75 mil pessoas e produzem cerca de 358 milhões de peças por ano, com expectativas de ultrapassarem US\$ 902 milhões ao ano.

Analisando o município de Maringá, tomando como base informações do IBGE, em 2008, este contava com uma população de 325.968 habitantes, sendo o terceiro município mais populoso do Estado e um dos seus principais pólos econômicos, da qual 98,38% de sua população são urbanas. Possui uma área de 486, 433km², com uma distância de 424 km da capital, Curitiba, e uma rede de rodovias, ferroviária e aeroporto que a liga aos principais pontos do país.

A população está empregada, em sua grande maioria, na atividade de prestação de serviços e na indústria. A composição do valor adicionado apresenta predominância do setor de comércio/serviços com representação de aproximadamente 67,15%, seguido pela indústria e da produção primária. Pode se observar que o setor de serviços é responsável por maior parte do valor adicionado gerado no município (Tabela 1).

Tabela 1. Valor adicionado nos setores da economia no município de Maringá, 2006.

Setores	Valor adicional	%
Comércio / Serviços	2.063.755.688	67,15
Indústria	933.542.532	30,38
Produção Primária	63.770.920	2,08
Recursos / Autos	12.108.837	0,39
Total	3.073.177.977	100

Fonte: IBGE - 2006.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) era 0,841 sendo 6º maior do Estado e o 67º no ranking nacional (IPARDES). O PIB per capita era de 16.264 reais, sendo o PIB de 5.275.927 mil reais, representando 3,86% do PIB do Estado e se posicionava como a sexta principal economia do estado (tabela 2).

Tabela 2. Participação relativa dos principais municípios no PIB do Estado do Paraná – 2006.

Município	PIB (mil reais)	Participação no PIB do Paraná (%)
Curitiba	32.153.307	23,52
Araucária	8.437.759	6,17
São José dos Pinhais	7.034.113	5,15
Londrina	6.612.093	4,84
Foz do Iguaçu	5.467.714	4
Maringá	5.275.927	3,86
Ponta Grossa	4.382.467	3,21
Demais municípios	67.317.620	49,25
Total Paraná	136.681.000	100

Fonte: MTE-RAIS, 2006.

O Arranjo Produtivo de Confecção de Maringá encontra-se bem localizado, tendo em vista a infraestrutura de transportes que dispõem, com boas rodovias, uma grande estrutura ferroviária e o Aeroporto Regional de Maringá, o qual possui capacidade para 430 mil passageiros por ano. Gerando assim, vantagens em relação à aquisição de matérias-primas entre outros insumos e mesmo na potencialização do comércio de mercadorias.

O setor de confecções é representado nesse estudo pela Divisão 14 da classificação CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) a dois dígitos, a qual é denominada confecção de artigos do vestuário e acessórios.

A indústria de confecção de Maringá, em 2008, representava 30,17% dos estabelecimentos, e 22,80% dos empregos relacionados à indústria de transformação do município (Tabela 3).

Tabela 3. Total de Estabelecimentos e Empregados na Indústria de Transformação no Município de Maringá, 2008.

Atividade Industrial (classificação CNAE)	Estab.	%	Emp.	%
Divisão 10 – Prod. Alimentícios	153	8,96	7.885	30,13
Divisão 13 – Prod. Têxteis	67	3,92	1.204	4,6
Divisão 14 – Confeção de Art. Do Vestuário e acessórios	515	30,17	5.968	22,8
Divisão 22 – Prod. de Minerais Não-Metálicos	71	4,16	981	3,75
Divisão 23 – Prod. de Metal, Exceto Máquinas e Equip	72	4,22	774	2,96
Divisão 25 – Máquinas e Equipamentos	161	9,43	1.346	5,14
Divisão 28 – Fabricação de Móveis	80	4,69	877	3,35
Divisão 31 -	166	9,72	1.615	6,17
Outros	422	24,72	5.524	21,1
Total	1707	100	26.174	100

Fonte: MTE-RAIS, 2008.

Ao estabelecermos relações entre os números de empregos de Maringá e do Estado do Paraná, de acordo com dados da RAIS/MTE (Relação Anual de Informações Sociais) de 2008, verifica-se que Maringá respondia por 4,5% do emprego da indústria de transformação paranaense.

O setor de confecção do município contava, em 2008, com 515 estabelecimentos e um total de 5.968 empregados, a classe mais importante era a de confecção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas que representava aproximadamente 80% dos números de estabelecimentos e dos empregados (Tabela 4). Esta classe destaca-se pela sua capacidade de empregabilidade, a qual utiliza intensivamente mão-de-obra.

Tabela 4. Total de Estabelecimentos e Empregados na Indústria de Confeção de Artigos do Vestuário e Acessórios no Município de Maringá, 2008.

Atividade Industrial (classificação CNAE)	Estab.	%	Emp.	%
CLASSE 14118 – Confeção de roupas íntimas	57	11,07	938	15,72
CLASSE 14126 - Confeção de peças do vest., exceto roupas íntimas	421	81,75	4.751	79,61
CLASSE 14134 - Confeção de roupas profissionais	9	1,75	134	2,25
CLASSE 14142 – Acessório do vest., exceto para segurança e proteção	23	4,47	110	1,84
CLASSE 14223 – Art. do vest., malharias e tricotagens, exceto meias	4	0,78	35	0,59
Total	515	100	5.968	100

Fonte: MTE-RAIS (2008).

De acordo com Sindicato da Indústria do Vestuário de Maringá (SINDVEST) estima-se uma quantidade bem maior de trabalhadores, entre formais e informais. O que representa uma forte presença de empregos familiar e domiciliar informais na região. A maioria das empresas está classificada como microempresas, ou seja, possuem até 19 empregados, sendo que 98,25% das 515 empresas é micro e pequenas (tabela 5).

Tabela 5. Quantidade de Empresas de Confeção de Artigos do Vestuário e Acessórios por classificação de tamanho⁴, 2008.

Classificação	Estabelecimentos	%
Microempresa	446	86,6
Pequena Empresa	60	11,65
Média Empresa	9	1,75
Grande Empresa	-	-

Fonte: MTE-RAIS (2008).

Calcula-se que o setor de confecção de Maringá e região produzam em torno de sete milhões de peças por mês e arrecadavam cerca de R\$100 milhões. A região é considerada pela ABIT – Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confeção – o segundo maior pólo confeccionista do país, perdendo

⁴ A classificação de empresas utilizada pelo SEBRAE dá-se pelo número de empregados na indústria da seguinte forma:

- ME (microempresa): até 19 empregados;
- PE (pequena empresa): de 20 a 99 empregados;
- MDE (média empresa): de 100 a 499 empregados;
- GE (grande empresa): acima de 499 empregados.

apenas para São Paulo. Maringá conta com seis shoppings de pronta-entrega, com certa de 540 lojas, sendo que 90% delas com produção própria. A região recebe 20 mil compradores por mês vindos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Sul de Goiás e Triângulo Mineiro.

A microrregião de Maringá juntamente com a de Cianorte constituem os dois pólos industriais mais importantes de confecção do Estado do Paraná. Porém, o APL de Maringá-Cianorte diferencia-se dos demais do segmento do Estado por suas empresas de confecção por possuírem maior heterogeneidade no seu nível tecnológico e uma diversidade na sua pauta de produtos.

O setor têxtil e de confecção está ficando no grande desafio que é a consolidação de marcas próprias, readequação a um mercado cada vez mais competitivo e internamente na resolução de problemas quanto à qualificação de seus profissionais e mais precisamente em razão do grande número de empresas terceirizadas a manutenção da qualificação desses prestadores de serviço. No âmbito externo, a pesquisa de campo revelou que um dos grandes problemas enfrentados pelos empresários e que afeta diretamente sua competitividade é a carga tributária brasileira. Assim, problemas como a burocracia demasiada, quanto pela abundância de tributos, dentre eles se destacam o ICMS, o IPI, o PIS e o COFINS que incidem sobre as compras e vendas de mercadorias; como o IRPJ e CSLL que incidem sobre os lucros; e o INSS, o SAT, o SISTEMA “S” que incidem sobre a folha de pagamento.

Esta conjugação de burocracia e tributos considerados elevados pela grande maioria dos empresários do setor não tem tido resposta do governo que alega apenas que esta em pauta para discussão a reforma do sistema tributário brasileiro.

Outro desafio é a forte concorrência com os países: China, Paquistão e Índia. A China que até recentemente colocava produtos de baixo preço e qualidade para atender a massa de consumidores cada vez mais entra no mercado com novos produtos com melhor qualidade e, devido ao custo baixo de mão-de-obra consegue penetrar em mercados mais exigentes e competir com os produtos brasileiros.

A pesquisa de campo revelou também alguns problemas como: a falta de linha de crédito específica para o setor; a existência de problemas com os cursos de qualificação para a formação técnica de pessoal; a inexistência de articulação com outros setores produtivos; a falta de apoio às exportações; a existência de problemas quanto a comunicação com todas as esferas do poder público; problemas de distanciamento com as universidades e faculdades locais; concorrência desleal e problemas com a mão-de obra formada pelas universidades e faculdades, pois não atendem a especificidade do setor.

Em razão da maior organização e mobilização do setor nos últimos anos foram criadas políticas de desenvolvimento o qual criaram expectativas entre empresários do setor de confecções, principalmente pelo fato de terem sido prejudicados por diferenças cambiais, após a crise financeira no último ano.

Conforme o estudo da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), o setor de confecções deve se adequar à realidade da competitividade global com finalidade de aumentar sua fatia no mercado externo fortalecendo e garantindo sua predominância interna, constantemente ameaçada por produtos estrangeiros.

Programas como incentivo ao crédito feito pelo BNDS, atuam nos setores de confecções e produtos têxteis, destacando-se três linhas de financiamento capital de giro, investimento e exportação. A receita federal também decidiu adotar uma tributação diferenciada para as importações de vestuários, com o intuito de evitar super faturamentos.

Recentemente foram feitos levantamentos à respeito das principais políticas de incentivo que o governo tem feito para desenvolver o setor de confecções com o objetivo de aprimorar e aumentar as expectativas destes empresários do ramo têxtil e investidores neste mercado.

Através de pesquisas feitas por membros da ABIT (Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção), SINDITÊXTIL (sindicato têxtil Estado São Paulo), SINDIVEST (Sindicato das indústrias de confecções e vestuário) e SIMMESP (sindicato de indústria de malharia) é notório os efeitos benéficos que a redução do ICMS que trouxe para o setor.

Começou a ser colocado em prática no ano de 2008 (iniciado em 2006) o decreto (reformas e incentivos governamentais para o setor) com as respectivas expectativas:

- Ampliação e aumento dos investimentos
- Aumento da competitividade
- Melhoria da gestão e da qualidade de produção
- E propunham-se modificações e melhorias na legislação devida do setor.

Observou-se uma manutenção da redução de cargas tributárias em 33% com manutenção dos créditos cedidos ao setor. Investidores e empresários que fazem parte do setor de confecções aproveitaram a situação concreta para reformularem suas decisões ainda em curto prazo, aproveitando estas vantagens de disponibilidade de crédito aumentando o capital fixo (maquinários, equipamentos para as fábricas e indústrias têxteis) e ainda estimularam a industrialização do setor e comercialização do ciclo econômico completo deste produto.

O BRDE (banco regional de desenvolvimentos extremo sul) apóia o novo programa de incentivo aos pequenos empresários contribuindo relevantemente em meados de 2008 até dias de hoje com financiamentos para inovações no setor para o Estado, sendo mais um apoio do Governo do Estado ao desenvolvimento de micro e pequenas empresas. E o Programa de Extensão Tecnológica Empresarial também faz parte do programa estadual Universidade Sem Fronteiras e foi criado para oferecer suporte técnico e científico aos empresários paranaenses, principalmente em regiões de menor índice de desenvolvimento humano e periferias dos centros urbanos do Paraná. Em 2010 o BRDE pretende ultrapassar os R\$ 2 bilhões em financiamentos.

Outro programa importante e que vem atender o setor de confecção na região de Maringá-Cianorte e Londrina é o Programa de Extensão Industrial Exportadora (PEIEX). O PEIEX se caracteriza como um projeto de Extensão Industrial Exportadora, da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX-BRASIL), ligada ao MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), que está acontecendo no estado do Paraná por meio de um convênio entre a APEX-BRASIL e a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), sendo patrocinado por meio do projeto da Fundação Araucária. Tem como corpo profissionais das áreas de Administração, Economia, Engenharia de Produção e de Comércio exterior, além de professores das Universidades Estaduais de Maringá e de Londrina e da Federal do Paraná que coordenam o projeto em suas respectivas regiões. Em Maringá conta-se ainda com a parceira do Sindicato da Indústria do Vestuário de Maringá (SINDVEST).

O PEIEX tem a missão de promover as exportações de produtos e serviços contribuindo para a internacionalização das empresas brasileiras, o fortalecimento da imagem do país, potencializando a atração de investimentos.

Em Maringá e região foram atendidas, no ano de 2009, 225 empresas do setor de confecções, nas seguintes cidades: Alto Paraná, Astorga, Campo Mourão, Florai, Jandaia do Sul, Mandaguaçu, Marialva, Maringá, Nova Esperança, Paiçandu, São Jorge do Ivaí e Sarandi.

O PEIEX direciona seu foco às áreas de Administração Estratégica, Finanças e Custos, Capital Humano, Vendas e Marketing, Produção e Comércio Exterior dentro das empresas e através de visitas e contato direto com os empresários e oferecendo treinamentos para seus funcionários deixando-os mais preparados para o mercado competitivo do setor.

O PEIEX não gera custos financeiros aos empresários e trabalha de forma focada na melhoria da competitividade destas empresas e se busca a solução de problemas técnicos, gerenciais e tecnológicos.

Nesta figura evidencia-se que os objetivos do PEIEX vêm atingindo os objetivos e se atende às demandas dos empresários, além disso, se nota um novo processo de aproximação entre as instituições, notadamente a universidade com o setor produtivo, e desta forma proporcionando soluções que minimizam os problemas regionais, como ausência de mão-de-obra qualificada direcionada ao setor, baixo dinamismo, o desemprego e o atraso tecnológico.

Levantando-se dados e ações políticas que o governo realizou e tem realizado como medida de apoio ao setor nota-se que apesar das deficiências há iniciativas que vem atender o setor, dentre estas podemos destacar algumas políticas públicas feitas pelo governo federal e do estado paranaense que favorecem de forma direta o setor de confecção do município como o Simples Nacional, uma Lei Complementar nº 123/2006 instituída partir de 01/07/2007, como um novo tratamento simplificado o

qual estabelece normas gerais ao tratamento tributário favorecendo desta forma às empresas de pequeno porte e às microempresas o qual se inclui o setor de confecções, substituindo o Simples Federal (Lei 9.317/1996).



Fonte: PEIEX, Maringá, 2009.

Outra medida auxiliadora ao setor é o MEI- Micro empreendedor Individual, com o objetivo de acabar com a informalidade dos trabalhadores o qual os que se encaixam como micro-empresendedores terão o direito à conta bancária e acesso direto ao crédito. Há algumas restrições no programa para que este empresário receba todos os seus benefícios.

Dentre outros programas destacam-se Proger Urbano Empresarial, Cartão BNDES, BNDES Automático, FINAME facilitando através de prazos e taxas o investimento direto na empresa pelos empreendedores.

O governo do Paraná e a Agência de Fomento visando modernizar, ampliar as atividades das micro e pequenas empresas, investir em qualificação de mão-de-obra e pensando na sustentabilidade destas, criou o “Programa Bom Emprego Pequena Empresa – PROBEM”. Este programa oferece recursos para financiamento das empresas de setores industriais e comerciais que necessitam ampliar seus negócios através de aumento da área construída, aquisição de novas máquinas, compra de mobiliário, investimento em inovação de produtos e melhoria de qualidade, entre outros. A linha atende também a capital de giro quando este está associado ao investimento pretendido.

As pessoas que obterem financiamento através do PROBEM podem melhorar as condições de seus negócios e incentivo do Governo do Estado para a manutenção das empresas. O valor dos financiamentos gira em torno de 10 mil a 300 mil reais, tendo além desta facilidade, encargos e taxas reduzidas propiciando à este empresário condições para investimento e manutenção de sua empresa facilitada com o apoio do BNDS.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se de modo geral que apesar de problemas ainda existentes há vários esforços no sentido de atender o setor de confecção, seja através de políticas específicas como a redução do ICMS, adoção de novas linhas de financiamento para a compra de máquinas e equipamentos, e a realização de projetos voltada ao setor como o PEIEX, e recentemente o PROBEM, facilitando linhas de créditos aos empresários e credibilidade. Além disso, o que se nota é a conscientização dos empresários quanto à necessidade de estarem organizados e de promoverem ações conjuntas para o fortalecimento do setor através de projetos liderados por políticas regionais e de sindicatos voltados ao interesse de organizarem da melhor forma o setor e deixar as empresas aptas à concorrência mundial no âmbito exportador.

ABSTRACT

The aim of the paper is to assess and raise problems and the main difficulties and demands of entrepreneurs in local cluster of Maringá. This study used data from field research conducted with the entrepreneurs and institutions in the local cluster. Among the main difficulties are: high taxes and taxation, the intensive supervision and bureaucracy, lack of demand for clothing products, indicated by 19% of entrepreneurs and the lack of funding lines that meet small business owners both for working capital how to acquire new technologies. Despite the difficulties pointed out there is evidence to the effect that the manufacture of APL in this study has greatly developed and restructures itself to meet an increasingly competitive market.

Keywords: Local Production, Regional Economics, Public Policy.

REFERÊNCIAS

ABIT. Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção. **Relatório Setorial da Indústria Têxtil Brasileira 2009**. Disponível em: <<http://www.abit.org.br/>>. Acesso em: mar. 2010.

ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L. Capital social e empreendedorismo local. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. (Org.). **Pequena Empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

ARRANJO PRODUTIVO LOCAL de Terra Roxa: estudo de caso. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Curitiba: IPARDES, 2009.

ARRANJO PRODUTIVO LOCAL do vestuário de Cianorte: nota técnica. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Curitiba: IPARDES, 2010.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/pdet/Acesso/RaisOnLine.asp>>. Acesso em março, 2010.

CAMPOS, A. C. de Arranjos Produtivos no estado do Paraná: o caso do município de Cianorte. Curitiba, 2004, 220f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico)-Universidade Federal do Paraná.

CASSIOLATO, J. E. Principais características a investigar em uma pesquisa de inovação. Estudo Metodológico. **La Encuesta de Innovación Tecnológica en las Empresas** – 1ª Reunião. Rio de Janeiro, p. 25-26, Março, 2002.

EDQUIST, C.; JOHNSON B. Institutions and organizations in systems of innovation. In: EDQUIST, C. (Org.). **Systems of innovation technologies, institutions and organizations**. New York, Pinter, p.40-63, 1997.

FREEMAN C. The economics of technical change: critical survey. **Cambridge Journal of Economics**, Cambridge, v. 18, p. 463-514, 1994.

GORINI, A. P. F. Panorama do setor têxtil no Brasil e no mundo: reestruturação e perspectivas. **BNES Setorial**, n. 12, 17-50, 200

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades@**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>>. Acesso em: março, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto dos Municípios: 2004**. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib_Municipios/2004>. Acesso em: fev. 2010.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Valor Adicionado Fiscal da Indústria de Transformação: 2000 e 2005**. Curitiba, 2009. Microsoft Office Excel (xls).

KUPFER, D. **Trajetórias de reestruturação da indústria brasileira após a abertura e a estabilização**. (Tese de doutorado), Rio de Janeiro, UFRJ, 1998.

LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. **Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais**. Rio de Janeiro: Rede de pesquisa em sistemas produtivos e inovativos locais. Novembro de 2003. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/redesist>>. Acesso em: fev. 2008.

LEMOS, C. Inovação para Arranjos Produtivos de MPME s. In: LASTRES, H. M. M. et al. (Coords.) **Interagir para competir: promoção de arranjos produtivos e inovativos no Brasil**. Brasília: Sebrae, 2002.

LUNDVALL, B. A. **National systems of innovation**: Towards a theory of innovation and interactive learning. London: Pinter Publishers, p. 1-19, 1992.

MARSHALL, A. **Princípios de Economia**: tratado introdutório. São Paulo: Abril Cultural, vol. I, p. 231-238, 1982.

OLIVEIRA, M. A.; CÂMARA, M. R. G.; BAPTISTA, J. R. V. O setor têxtil-confecções do Paraná e seus segmentos regionais especializados: 2000-2004. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 33, n. 1, p. 83-115, 2007.

PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica**: o caso paranaense. Curitiba: IPARDES, 2. ed., 2006.

REDESIST. **Rede de pesquisa em sistemas produtivos e inovativos locais**. Disponível em: <www.redesist.ie.ufrj.br>. Acesso em: mar. 2010.

SINVEST. Sindicato da Indústria do Vestuário de Maringá. Disponível em: <http://www.sinvestmaringa.com.br>. Acesso em: fev.2010.

SCHMITZ, H. Eficiência coletiva: caminho de crescimento para a indústria de pequeno porte. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 164-200, 1997.

TRINTIN, JAIME GRACIANO; Aspectos Estruturais **do Arranjo Produtivo Local (APL) de confecção de Maringá, cooperação, ações conjuntas e governança**, julho 2009- Acesso em março de 2010.